

Direito Europeu de Asilo e Imigração
Exame
17 de janeiro de 2019

I
(12 valores)

- O princípio do *non refoulement* é a pedra angular de um sistema de asilo. Explique o seu conteúdo e a forma como condiciona o direito dos Estados de controlar a entrada e residência de estrangeiros no seu território.
- Distinga refugiado de beneficiário de proteção subsidiária.
- A., de nacionalidade marroquina e licenciado em engenharia civil, obteve uma oferta vinculativa de emprego numa empresa de construção civil com sede em Espanha. Em que termos pode residir e trabalhar legalmente em Espanha à luz do Direito da União Europeia. Pode A. ir residir e trabalhar em Portugal e, se sim, em que termos?
- A., de nacionalidade cabo-verdiana, reside e trabalha em Portugal desde 2011. Durante os anos de 2015 e 2016 regressou a Cabo Verde para acompanhar a mãe que se encontrava doente. Pode A aceder ao estatuto de residente de longa duração e em que termos?

Redação e clareza da exposição: 1 valor

III
(8 valores)

A., de nacionalidade nigeriana, reside e trabalha legalmente nos Países Baixos desde 2010, sendo titular de uma autorização de residência de validade de 2 anos, renovável. Em 2017, solicitou o reagrupamento familiar com a sua mulher, B, que reside na Nigéria. As autoridades competentes negaram visto e autorização de residência a B., com o fundamento que A. não tem garantia de obter um direito de residência permanente, além de que B. não conseguiu obter aprovação no exame de integração cívica (conhecimento de língua neerlandesa de nível A1 e conhecimentos básicos da sociedade dos Países Baixos), o que a exclui, de acordo com a legislação em vigor nos Países Baixos, automaticamente do reagrupamento familiar. Impugnou a decisão, alegando que o estado de saúde de B. não lhe permite aprovar com êxito o teste de integração (apresentou um atestado médico que certifica que padece de transtorno mental e está sujeita a forte medicação) e que não tem recursos financeiros para realizar um novo teste na Embaixada dos Países Baixos, pois além das despesas de transporte e alojamento para o efeito, teria de pagar uma taxa de exame de 350€, a que acresce o custo do pacote de preparação para o exame de 110 € e a eventual taxa de emissão de Autorização de Residência para efeitos de reagrupamento familiar de 800€.

1- Tem A. direito ao reagrupamento familiar e em que termos? Justifique a sua resposta

2- Aprecie a compatibilidade da decisão das autoridades e da legislação dos Países Baixos com o Direito da União Europeia. Justifique a sua resposta.

Redação e clareza da exposição: 1 valor